

# O erro do governo nas políticas sociais

**Artigo de José Soeiro, deputado do Bloco de Esquerda.**

É já um lugar-comum, mas nem por isso é menos verdadeiro: a pandemia expôs, também no campo do emprego e da proteção social, as debilidades estruturais do sistema de relações laborais e dos mecanismos de segurança social que temos. Por um lado, o crescimento da economia assente no turismo e nos serviços que dele dependem tornou-a extremamente vulnerável à conjuntura. Por outro, o padrão de criação de emprego marcado pela precariedade significou que, mal a crise rebentou, o trabalho precário se transformou em desemprego desprotegido.

Para debatermos soluções e uma estratégia de transformação no campo da proteção social, vale a pena insistir no diagnóstico. Destacaria cinco dimensões, que são também aquelas a que uma política de esquerda deve responder neste campo.

## **As propostas prioritárias do Bloco**

***Primeira: o reduzido rácio de cobertura das prestações de desemprego é insustentável.*** Em plena crise, já com a vaga de desemprego resultante pela pandemia, as prestações de desemprego cobrem apenas 58% dos desempregados. Na realidade, eram menos de metade os desempregados que tinham acesso a esta proteção antes da crise e talvez a percentagem não ande muito longe disso ainda hoje, se considerarmos o desemprego que não está registado. Por que razão isto acontece? Há que olhar essencialmente para três variáveis: i) limitações no acesso, resultantes de períodos insuficientes de descontos que não permitem atingir o prazo de garantia necessário para ter direito ao subsídio (que é um ano de contribuições); ii) períodos de concessão curtos, que significam que, mesmo permanecendo numa situação de desemprego, o subsídio se esgota (é importante não esquecer que o corte na duração das prestações de desemprego operado em 2012, entre 5 meses e um ano, permanece na lei, e o Governo recusou alterá-lo neste Orçamento); iii) no caso do subsídio social de desemprego, para o qual o prazo de garantia exigido é menor, existe a barreira da condição de recursos, que

exclui a maioria.

**Segunda: a proteção no desemprego não permite sair da pobreza.** Os desempregados são hoje o grupo mais exposto à pobreza: entre 2005 e 2018, a taxa de risco de pobreza dos desempregados teve um aumento de cinquenta por cento (de 28% para 42%), o que contrasta com a redução da pobreza entre idosos e crianças. Uma razão importante para que isto aconteça é, além do reduzido rácio de cobertura das prestações, o facto de o seu limiar mínimo se encontrar abaixo do limiar de pobreza. Em 2020, essa diferença é de cerca de 64 euros no subsídio de desemprego e de cerca de 150 euros no subsídio social.

**Terceira: os trabalhadores independentes continuam a ter uma proteção insignificante.** Em novembro de 2020, dos cerca de 315 mil trabalhadores independentes que não acumulam o recibo verde com nenhum contrato, isto é, que dependem exclusivamente do trabalho declarado como independente, só 386 trabalhadores tinham acesso ao subsídio por cessação de atividade (o correspondente à “prestação de desemprego” para recibos verdes). Este número compara, por exemplo, com os 170 mil que solicitaram o apoio extraordinário para a ausência ou redução de atividade durante a pandemia. A regra da dependência económica (só pode requerer o subsídio quem concentre mais de 50% dos seus rendimentos numa única entidade contratante), os indeferimentos injustificados, o desconhecimento dos direitos e exigências burocráticas desadequadas ajudarão a explicar esta realidade.

**Quarta: é cada vez maior o contingente de pessoas que ficam de fora da proteção, por não terem um contrato ou serem vítimas de formas extremas de precariedade contratual.** Neste universo encontram-se, por exemplo, os trabalhadores em período experimental. Encontram-se também todas as pessoas cujas relações laborais foram “deslaboralizadas”, isto é, atiradas para fora da regulação da lei do trabalho e enquadradas formalmente pela lei dos negócios: “empregados” das plataformas, prestadores de serviços, pessoas forçadas a constituir empresas unipessoais para dissimular relações de trabalho subordinado. Do grupo de desprotegidos fazem parte, ainda, os trabalhadores informais, cujo número não é fácil de estimar com rigor.

**Quinta: há uma exaustão das prestações não contributivas** (isto é, aquelas que não resultam das contribuições dos trabalhadores e são prestações de solidariedade financiadas pelo Orçamento do Estado), limitadas quer pelas

condições de recursos demasiado apertadas, quer pela falta de articulação com outros mecanismos de proteção e ação sociais. Os desempregados e os jovens adultos, o grupo social mais vulnerável à pobreza em Portugal, não tem no Rendimento Social de Inserção uma medida capaz de lhes responder. O mesmo acontece com os trabalhadores informais, que maioritariamente não cabem na condição de recursos. Desde 2010, as alterações restritivas nas condições de acesso e na definição dos agregados familiares ditaram uma degradação destas prestações. Os elementos diferenciadores do RSI, assentes num compromisso do Estado com um plano de inclusão para cada pessoa, desvaneceram. O estigma social lançado sobre a medida fez o resto.

## **O que fazer?**

Perante este diagnóstico, o que fazer? Ele exige, se quisermos ser consequentes, uma transformação profunda no nosso sistema de proteção social e este seria o momento de começar a realizá-la. Essa intervenção impõe-se a quatro níveis:

**1. Mudar as regras do subsídio de desemprego, em três dimensões.** No que diz respeito ao acesso, o que implicaria repensar prazos de garantia. No que diz respeito aos valores, o que poderia ser feito recuperando o princípio de indexação do montante da prestação a uma proporção do salário e não ao indexante de apoios sociais, recuperando aliás um princípio básico de contributividade. E no que diz respeito à duração, anulando os cortes da troika e aumentando a sua duração. Qualquer uma destas medidas foi rejeitada pelo PS, mesmo as que significavam voltar a regras que o próprio PS desenhara no passado.

**2. Reforçar o apoio aos trabalhadores independentes.** É preciso fazer uma análise detalhada das razões de uma tão reduzida cobertura das prestações de inatividade dos trabalhadores independentes e, quem sabe, caminhar para uma prestação por redução de atividade e não apenas por “desemprego”. O debate em curso sobre o estatuto dos profissionais das artes pode ser interessante a este nível. Para já, para 2021, a única medida anunciada é um novo apoio extraordinário que é mais limitado do que aquele que vigorou em 2020.

**3. Desprecarizar e laboralizar.** Isto é, combater a precariedade, designadamente rejeitando o alargamento do período experimental consagrado em 2019, limitando fortemente o recurso ao trabalho temporário, revertendo a informalidade e garantindo contratos para os trabalhadores das plataformas.

Infelizmente, todas estas medidas foram também rejeitadas pela direita e pelo PS no debate orçamental.

**4. Redesenhar as prestações não contributivas**, designadamente através da criação de uma nova prestação social, de carácter universalista, que absorva as prestações existentes (subsídio social de desemprego e rendimento social de inserção), que seja capaz de chegar aos trabalhadores informais e às trabalhadoras do serviço doméstico, de anular o estigma associado ao “rendimento mínimo” e de ganhar um novo fôlego no combate à pobreza.

Para fazermos este caminho precisamos de vencer a abordagem minimalista à crise que hoje prevalece no Governo, para o qual todas as medidas no campo laboral e da proteção social devem ser temporárias, não estruturais e limitadas às “franjas”. Precisamos, também, de mais força à esquerda e de alianças amplas com sindicatos, movimento de precários, especialistas em segurança social e redes de combate à pobreza. É um trabalho de fundo, mas urgente.

## O SNS É PRIORIDADE SOCIAL

Como se verifica no gráfico, e tem sido tema insistente do Bloco desde a negociação do Orçamento, a redução do número de médicos no SNS (e a falta de outros profissionais) deveria ter indicado uma prioridade: é preciso começar por salvar a saúde. No entanto, o PS e, naturalmente, a direita, recusaram qualquer medida estrutural que recuperasse o SNS.

### REDUÇÃO DO NÚMERO DE MÉDICOS NO SNS DESDE JANEIRO DE 2020

